

### ESTÂNCIA TURÍSTICA DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

www.montealegredosul.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/monte\_alegre\_do\_sul

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 1 de 37

# SUMÁRIO

Poder Executivo	<b>)</b>	2
Atos Oficiais	s	2
	licas e Instrumentos de Gestão Fiscal	
Relatório	Resumido da Execução Orçamentária	9
	Aunicipais	
	Municipal dos Direitos da Crianca e Adolescente - CMDCA	



Jornal Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP  $n^{\circ}$  2.200-2, de 2001 e e Lei 14.063, de 2020

O Município de Monte Alegre do Sul garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.montealegredosul.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/monte\_alegre\_do\_sul



#### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 2 de 37

#### **PODER EXECUTIVO**

**Atos Oficiais** 

Leis

# LEI COMPLEMENTAR № 07 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2.025

"Dispõe sobre a revogação dos artigos 98 e 99 da Lei Complementar nº 003, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a concessão de auxílio natalidade aos servidores públicos municipais de Monte Alegre do Sul".

JOSÉ RAFAEL VEZZAN, Prefeito Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 18 de novembro de 2025, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Ficam revogados os artigos 98 e 99 da Lei Complementar nº 003, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre pagamento de auxílio-natalidade aos servidores públicos municipais.

**Art. 2º** A revogação prevista no art. 1º fundamenta-se na inconstitucionalidade material do auxílio-natalidade, por violação aos princípios da moralidade, impessoalidade e interesse público, conforme previsto nos artigos 111 e 128 da Constituição do Estado de São Paulo.

§1º O artigo 111 da Constituição Estadual estabelece os princípios que regem a Administração Pública, entre os quais destacam-se a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§2º O artigo 128 da Constituição Estadual dispõe sobre a vedação de benefícios que importem em privilégio pessoal sem amparo no interesse público ou sem previsão em normas gerais de direito aplicáveis ao regime jurídico dos servidores.

**Art. 3º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, 27 de novembro de 2025.

### JOSÉ RAFAEL VEZZAN

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Paço Municipal, 27 de novembro de 2025

Luciana Maria Gonçalves Benedetti Diretora de Administração e Governo Municipal

.....

# LEI COMPLEMENTAR № 08 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2.025

"Altera dispositivos da Lei Complementar nº 05, de 30 de maio de 2025, para adequação às orientações do Ministério Público do Estado de São Paulo e à jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo".

JOSÉ RAFAEL VEZZAN, Prefeito Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 18 de novembro de 2025, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** O § 1º do art. 7º da Lei Complementar nº 05, de 30 de maio de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º O valor do vale-alimentação poderá ser revisto anualmente mediante lei específica, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, bem como os limites previstos na legislação vigente.

**Art. 2º** Fica revogado o art.  $8^{\circ}$  e seus parágrafos da Lei Complementar  $n^{\circ}$  05, de 30 de maio de 2025, que tratam do auxílio natalidade.

**Art. 3º** O artigo 13 da Lei Complementar nº 05, de 30 de maio de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º As pós-graduações mencionadas no caput deverão ter vinculação direta com a Administração Pública, sendo aquelas necessárias ao cumprimento da missão institucional, e quando houver aderência com as atribuições do cargo exercido pelo servidor, devem estar relacionadas às funções específicas do cargo ocupado, conforme definição clara e objetiva da Administração Pública tendo inclusive que estar entre as seguintes:

Direito

Redação e Gramática

Gestão estratégica, de pessoas, de processos e da informação

Material e Patrimônio

Licitações e Contratos

Contabilidade, Economia, Orçamento e Finanças

Controle Interno

Segurança

Transporte

Tecnologia da Informação

Comunicação

Saúde

Engenharia

Arquitetura e Urbanismo

Saúde e Segurança do Trabalho

Conciliação, Mediação e Arbitragem

Administração

Biblioteconomia

Arquivologia

Educação

Estatística

Relações Públicas

Atendimento ao Público

Secretariado



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal  $n^{\varrho}$  1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 3 de 37

Ética

Oratória

Gestão Ambiental e Responsabilidade Socioambiental Sociologia, Filosofia, Ciências Sociais, Psicologia e outras disciplinas afetas às Ciências Humanas

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, 27 de novembro de 2025.

# JOSÉ RAFAEL VEZZAN Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Paço Municipal, 27 de novembro de 2025

Luciana Maria Gonçalves Benedetti Diretora de Administração e Governo Municipal

### LEI № 2.060 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025

"Institui a Semana Municipal da Juventude e dá outras providências."

JOSÉ RAFAEL VEZZAN, Prefeito Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 18 de novembro de 2025, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída no Município de Monte Alegre do Sul a Semana Municipal da Juventude, a qual deverá compreender a semana do dia 12 de agosto de cada ano, em virtude do Dia Internacional da Juventude, conforme Resolução 54/120 adotada na Assembleia Geral da ONU em 17 de dezembro de 1999.

- **Art. 2º** São objetivos da Semana Municipal da Juventude:
- I difundir informações sobre os direitos dos jovens, sobretudo aqueles previstos na Lei Federal  $n^{o}$  12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude);
- II fomentar a conscientização da juventude sobre o seu papel cidadão e sobre a sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa e igualitária;

III - promover atividades e eventos voltados ao público jovem de natureza socioeducativa, esportiva, recreativa, artística e cultural, incluindo palestras, debates, exposições, filmes, vídeos, visitas monitoradas a pontos de importância histórica e ambiental, torneios esportivos, festivais, shows, apresentações teatrais, musicais e literárias, dentre outros;

 IV - promover eventos, palestras, atendimentos e serviços voltados ao cuidado com a saúde dos jovens;

V - promover atividades relacionadas à capacitação e ao preparo dos jovens para o mercado de trabalho.

 $\S$   $1^{\circ}$  O Poder Executivo Municipal poderá firmar parcerias públicas ou privadas para desenvolver em conjunto as ações e os serviços correspondentes à Semana Municipal da Juventude.

§ 2º As atividades serão descentralizadas, para atender

a toda a população, e se desenvolverão preferencialmente em locais públicos, podendo ser realizadas em locais particulares, mediante colaboração, atendido o interesse público.

**Art. 3º** Fica instituído o "Prêmio Municipal Parceiro da Juventude".

Parágrafo único. A referida premiação, outorgada pelo Poder Executivo Municipal, poderá ser concedida às pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado que tenham se destacado em ações voltadas à valorização da juventude no Município de Monte Alegre do Sul.

**Art. 4º** As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, 27 de novembro de 2025.

### JOSÉ RAFAEL VEZZAN

#### **Prefeito Municipal**

Registrado em livro próprio e publicado no Paço Municipal, 27 de novembro de 2025

Luciana Maria Gonçalves Benedetti Diretora de Administração e Governo Municipal

### LEI № 2.061 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025

"Dispõe o regime de adiantamento do numerário para realização de despesas públicas do Município de Monte Alegre do Sul, e dá outras providências."

JOSÉ RAFAEL VEZZAN, Prefeito Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 18 de novembro de 2025, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Fica instituída no Município de Monte Alegre do Sul, a forma de pagamento de despesas pelo regime de adiantamento, que reger-se-á segundo as normas legais vigentes que disciplinam a matéria.

Art. 2ºEntende-se por adiantamento o numerário colocado à disposição de servidor público municipal, mediante prévio empenho na dotação orçamentária própria, para o fim de realizar despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar ao processo ordinário de aplicação por meio de processo licitatório, dispensa de licitação ou por inexigibilidade desta.

**Art. 3º** Os pagamentos a serem efetuados através do regime de adiantamento ora instituído restringir-se-ão aos casos previstos nesta Lei e sempre em caráter de exceção.

**Art. 4º** Para os fins desta Lei, entende-se por servidor público aqueles ocupantes de cargo de provimento efetivo ou cargo em comissão pertencente aos quadros de pessoal



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 4 de 37

da Administração Pública Municipal.

§1º Servidor comissionado poderá receber adiantamento, mas somente quando houver justificativa expressa da chefia e acompanhamento do Controle Interno, em casos excepcionais e com fundamentação por escrito e aceitável.

Parágrafo único. Quanto aos agentes políticos do Município, até que seja editada Lei Municipal que disponha sobre o regime de diárias, suas despesas de viagens ou outras determinadas nesta Lei serão financiadas por recursos oriundos do regime de adiantamento, tendo sempre como responsável pelo numerário algum dos servidores públicos mencionados no caput deste artigo.

- **Art. 5º** O regime de adiantamento será aplicável às seguintes espécies de despesas:
  - I despesas com material de consumo;
  - II despesas com serviços de terceiros;
- III despesas com transporte, hospedagem e alimentação de servidores quando em viagem temporária no interesse da Administração, passagem ou outro meio de transporte devidamente regulamentado e outros disponibilizados por meio de aplicativos móveis;

**Importante:** as despesas com óleos, lubrificantes veiculares e outros itens poderão ser realizadas apenas quando, por razões bem justificadas, por exemplo: for necessário completar o nível para o adequado funcionamento do veículo.

- IV serviços judicias, despesas cartoriais, oficiais de justiça, emolumentos e outras;
- V despesas extraordinárias e urgentes que não possam aguardar o processamento normal;
- VI despesas que tenham que ser efetuadas em lugar distante do município;
- VII peças de veículos de caráter emergencial desde que justificadas;
- VIII refeições (lanches ou outros alimentos) para delegações esportivas, escolares que participarem de certames organizados pela Prefeitura representando a cidade:
- IX Despesas Miúdas e prestação de serviços de pronto pagamento.
- **Art. 6º** Consideram-se despesas miúdas e prestação de serviços de pronto pagamento, para os efeitos desta Lei, as que se realizarem com:
- I transportes de caráter emergencial, materiais e serviços de limpeza e higiene, café, lanche, água, pequenos consertos;
- II encadernações avulsas, artigos de escritório, impressos, materiais de papelaria, em quantidade restrita, para uso ou consumo próximo e imediato;
- III artigos farmacêuticos e laboratoriais, em quantidade restrita, para uso emergencial;
- IV outras de necessidade imediata e consumo emergencial, cuja demora possa vir a acarretar prejuízos à Administração e/ou ao interesse público, sempre devidamente justificada.

**Art. 7º** As despesas com artigos em quantidade maior, de uso ou consumo planejado, correrão pelos sistemas orçamentários próprios e seguirão o processamento normal das despesas, obedecendo às normas de licitação e contratos administrativos.

#### CAPÍTULO II DAS SOLICITAÇÕES DE ADIANTAMENTOS

**Art. 8º** As requisições de adiantamentos serão feitas pelos servidores públicos municipais, com anuência prévia da autoridade superior imediata, e encaminhadas à autoridade máxima da Administração, ou a quem ela delegar a competência, para autorizar a elaboração do respectivo empenho.

Parágrafo único. Cada servidor poderá ter no máximo (dois) adiantamentos simultaneamente em seu nome desde que não seja para o mesmo fim.

- **Art. 9º** Das requisições de adiantamentos constarão, necessariamente, as seguintes informações:
- I nome completo, nº do CPF, cargo ou função do servidor público responsável pelo adiantamento;
  - II valor do adiantamento;
- III motivo e justificativa do adiantamento; no caso de viagem, e objetivo e o nome da cidade destino;
- IV Departamento onde a dotação orçamentária será onerada.
- **Art. 10**. Quando vários servidores públicos forem utilizar, com a mesma finalidade, recursos provenientes de adiantamento, poderá ser atribuído a um único servidor a responsabilidade pela utilização e prestação de contas do adiantamento.
  - Art. 11. Não se concederá adiantamento:
  - I para cobrir despesas já efetuadas;
- II ao servidor responsável por adiantamento, enquanto não for prestado contas do segundo adiantamento:
- III ao servidor que deixar de atender notificação para regularizar prestação de contas,

#### CAPÍTULO III DO PERÍODO DE APLICAÇÃO

- **Art. 12.** O prazo de aplicação dos recursos solicitados não poderá exceder a 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega do numerário ao responsável, exceto quando tratar-se de despesas de viagens e cursos, que terão prazo de aplicação equiparado à duração do evento.
- **Art. 13.** A data da aplicação não pode exceder o exercício financeiro, a prestação de contas deverá ocorrer até no máximo o último dia útil do ano em que ele foi recebido.
- **Art. 14.** Nenhum pagamento poderá ser efetuado fora do período de aplicação.

# CAPÍTULO IV DA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE ADIANTAMENTOS

**Art. 15**. A requisição de adiantamento deverá estar assinada pelo servidor público solicitante, pela autoridade



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 5 de 37

superior imediata e pela autoridade máxima da Administração ou a quem ela delegar a competência para a competente autorização para seu pagamento.

- **Art. 16**. Os processos de adiantamentos terão sempre andamento preferencial e urgente.
- **Art. 17.** Autorizada, a despesa será empenhada na dotação orçamentária própria e paga em favor do responsável indicado no processo pelo Setor competente.

Parágrafo único. Constatado algum defeito processual, a solicitação de adiantamento não prosseguirá, devendo ser devolvida ao responsável para providenciar eventual correção.

#### **CAPÍTULO V**

#### DAS NORMAS DE APLICAÇÃO DO ADIANTAMENTO

- **Art. 18.** O adiantamento não poderá ser aplicado em despesa de classificação diferente daquela para qual foi autorizado.
- **Art. 19.** A cada pagamento efetuado, o responsável exigirá o correspondente comprovante discriminado da despesa.
- **Art. 20.** O comprovante (documento ou nota fiscal) deverá constar o nome de Município de Monte Alegre do Sul e ou nº do registro do Município no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ: 52.846.144/0001-67), contendo descrição completa do produto adquirido ou serviço realizado, data, horário (se possível), valor unitário e valor total.
- **Art. 21.** Os comprovantes de despesas não poderão conter rasuras, emendas, borrões e valores ilegíveis, não sendo admitido, em hipótese alguma, cópias reprográficas ou qualquer outra espécie de reprodução.
- **Art. 22.** Todo adiantamento, na prestação de contas, cada comprovante será devidamente justificado, esclarecendo-se a razão da despesa, o destino da mercadoria ou do serviço prestado e outras informações que possam melhor explicar a necessidade das operações. O mesmo ocorrerá nas viagens, cidade, destino, quantidade de pessoas que participaram.

Parágrafo único: A prestação de contas deverá estar com cópia reprográfica dos comprovantes pois a impressão dos cupons fiscais, pedágios e outros com o mesmo tipo de gravação apagam com o tempo.

**Art. 23.** Nenhuma das despesas elencadas nos artigos  $5^{\circ}$  e  $6^{\circ}$  desta Lei, realizadas pelo regime de adiantamento, poderá ultrapassar 60% (sessenta por cento) do valor atualizado correspondente àquele disposto no art. 95, §  $2^{\circ}$ , da Lei 14.133, de  $1^{\circ}$  de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), devidamente atualizado anualmente por regulamento expedido pelo Chefe do Poder Executivo Federal.

Parágrafo Único: As Despesas deverão estar em obediência aos constitucionais princípios da economicidade e legitimidade, os gastos devem primar pela modicidade.

#### CAPÍTULO VI DO RECOLHIMENTO DO SALDO NÃO UTILIZADO

- **Art. 24.** O saldo de adiantamento não utilizado será recolhido mediante depósito, transferência bancária ou pix, em conta determinada pela própria Tesouraria ou Setor Competente.
- **Art. 25.** O prazo para o recolhimento do saldo não utilizado será de no máximo 05 (cinco) dias, a contar do termo final do período de aplicação, observando-se o prazo estabelecido no art. 12 desta Lei.
- **Art. 26.** No mês de dezembro, todos os saldos de adiantamentos serão recolhidos até a data estipulada pelo Setor de Contabilidade ou Setor Responsável, mesmo que o período de aplicação não tenha expirado.

#### CAPÍTULO VII DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

- **Art. 27.** No prazo de 05 (cinco) dias, a contar do termo final do período de aplicação, o responsável prestará contas da aplicação do adiantamento recebido.
- §1º Cada adiantamento corresponderá a uma prestação de contas conforme descrita no artigo 22.
- §2º O prazo para prestação poderá ser prorrogado por igual período mediante solicitação formal do responsável, e aprovado pela autoridade superior imediata, e encaminhada à autoridade máxima da Administração, ou a quem ela delegou a competência, para autorizar a elaboração do respectivo empenho.
- **Art. 28.** A prestação de contas far-se-á mediante apresentação de impresso próprio e juntada de documentos que devem ser protocolados no Setor de Protocolo, sendo:
- I demonstrativo das despesas realizadas e seus respectivos documentos, contendo:
  - a) discriminação da despesa realizada;
  - b) número e data do documento;
  - c) espécie do documento;
  - d) nome do interessado credor;
  - e) valor da despesa.
- II relatório de justificativa das despesas realizadas e, em caso de viagem ou curso, relatório objetivo das atividades realizadas, bem como certificado ou declaração de participação do curso, quando for o caso;
- III comprovante de depósito, transferência bancária ou pix do saldo não aplicado, se houver;
- IV o demonstrativo e os documentos citados no inciso I, deste artigo, deverão ser dispostos em ordem cronológica, na mesma sequência citada no demonstrativo.
- **Art. 29**. Não serão aceitos documentos rasurados, ilegíveis, com data anterior ou posterior ao período de aplicação do adiantamento ou que se refiram à despesa não classificável na espécie de adiantamento concedido.

Parágrafo único. Somente serão aceitos documentos originais, não se admitindo cópias reprográficas ou outra espécie de reprodução.

#### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Despesas que não podem ser realizadas com



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal  $n^{\varrho}$  1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 6 de 37

recursos do Adiantamento: É expressamente vedado o dispêndio com recursos do adiantamento, de despesas:

- 1) Em desacordo com o descrito no artigo 5 desta Lei;
- 2) Com produtos e serviços cobertos por Atas de Registro de Preços, Contratos ou outros instrumentos licitatórios em vigor no município à época da aquisição pretendida do bem ou serviço;
- 3) Com diárias dentro do Município de Monte Alegre do Sul:
  - 4) Com o objetivo de formar estoques;
- 5) Para atender a interesses pessoais e/ou estranhos ao interesse público;
- 6) Com presentes, festas, festividades, flores, placas comemorativas, troféus, medalhas e outros de características ou aplicações similares;
- 7) Com remuneração de agentes públicos, a qualquer título;
- 8) Com aquisição de material permanente, equipamentos ou material bibliográfico;
- 9) Com bebidas alcoólicas, doces em geral e sobremesas (industrializados ou não), com frigobar, lavanderia (esses dois últimos no caso de diárias em hotel);
  - 10) De servidor em alcance.
- 11) Outros que sejam considerados impróprios ou inadequados para esse fim.
- **Art. 31.** Recebidas as prestações de contas, o funcionário responsável nomeado por portaria para recebimento da prestação, a incluirá no sistema, abrangendo a devolução de valor não utilizado caso tenha ocorrido.
- §1º O funcionário responsável informará ao seu superior quem possua adiantamento e não obedeceu ao prazo estabelecido para prestação de contas e este notificará para que a prestação seja protocolada no máximo em 03 (três) dias, observado se não houve manifesto de justificativa de prorrogação de prazo.
- §2º O prazo paga cumprimento das exigências a que se refere este artigo não poderá ser superior a 05 (cinco) dias úteis.
- **Art. 32.** O sistema de Controle Interno para verificar se as disposições da presente Lei foram inteiramente cumpridas e emitir parecer sobre a regularidade da prestação de contas.
- §1º A análise das contas, salvo impossibilidade devidamente justificada, não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento dos documentos a que se refere o art. 28 desta Lei.
- **Art. 33.** Quando as contas não forem prestadas, aprovadas no total ou parcial, o valor do adiantamento será descontado na folha de pagamento do servidor público municipal que recebeu o numerário para uso e não trouxe o documento fiscal para a prestação de contas, caso este não seja o funcionário que cedeu o nome como responsável, devendo, ainda, o processo ser remetido à Procuradoria Jurídica do Município para avaliação quanto à eventual aplicação de sanções, conforme cada caso.

- **Art. 34.** Com o parecer, serão adotadas as seguintes providências:
  - I nos casos das contas terem sido aprovadas:
- a) arquivar o processo do adiantamento e prestação de contas em local seguro onde ficará à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ou qualquer outro interessado.
- II na hipótese da aprovação de contas condicionadas à determinadas exigências:
- a) providenciar o cumprimento das exigências determinadas:
  - b) adotar as medidas indicadas no inciso I deste artigo.
- III na hipótese de não terem sido aprovadas as contas, deverá ser seguida a orientação determinada pela Comissão de Analise (caso exista) em seu parecer.
- **Art. 35** Os casos omissos serão disciplinados pelo Departamento da Fazenda e Finanças, Planejamento, Governo ou Administração e Jurídico em ato próprio.
- **Art. 36.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, 27 de novembro de 2025.

# JOSÉ RAFAEL VEZZAN Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Paço Municipal, 27 de novembro de 2025

Luciana Maria Gonçalves Benedetti Diretora de Administração e Governo Municipal

### LEI № 2.062 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025

"Dispõe sobre a instituição da Semana Municipal do Idoso e do Dia Municipal do Idoso no município de Monte Alegre do Sul e dá outras providências."

JOSÉ RAFAEL VEZZAN, Prefeito Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 18 de novembro de 2025, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Fica instituída, no âmbito do Município de Monte Alegre do Sul, a Semana Municipal do Idoso, a ser realizada anualmente na semana em que cair o dia 1º de outubro, em homenagem ao Dia Internacional do Idoso.
- **Art. 2º** Fica instituído também o Dia Municipal do Idoso, a ser comemorado anualmente no dia 1º de outubro, com o objetivo de valorizar, reconhecer e conscientizar a sociedade sobre a importância da pessoa idosa, seus direitos e sua contribuição para a comunidade.
- **Art.** 3º Durante a Semana Municipal do Idoso, o Poder Executivo, em parceria com a sociedade civil organizada, entidades assistenciais, associações de bairro, conselhos municipais e instituições de ensino, poderá promover:
- I Palestras, seminários e debates sobre o Estatuto do Idoso e demais políticas públicas voltadas à terceira idade;



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal  $n^{\varrho}$  1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 7 de 37

- II Atividades culturais, esportivas, recreativas e de lazer específicas para o público idoso;
- III Programas de saúde preventiva, atendimentos médicos, orientações jurídicas e ações de cidadania;
- IV Campanhas de conscientização sobre o respeito, o acolhimento e a inclusão social da pessoa idosa.
- **Art. 4º** O Poder Executivo poderá firmar parcerias com entidades públicas e privadas para a realização das atividades previstas nesta Lei.
- **Art. 5º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- **Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, 27 de novembro de 2025.

#### JOSÉ RAFAEL VEZZAN Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Paço Municipal. 27 de novembro de 2025

Luciana Maria Gonçalves Benedetti Diretora de Administração e Governo Municipal

### LEI № 2.063 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025

"Dispõe sobre a alteração da denominação da Rua "Geb Garai" para "Rua Safira", localizada no Residencial Terras de Monte Alegre, de propriedade do Município de Monte Alegre do Sul, e dá outras providências."

JOSÉ RAFAEL VEZZAN, Prefeito Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 18 de novembro de 2025, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Fica alterada a denominação da via pública municipal localizada no Residencial Terras de Monte Alegre, atualmente denominada "Rua Geb Garai", a qual passará a denominar-se "Rua Safira"
- **Art. 2º** O Poder Executivo providenciará a atualização da nova denominação em cadastros oficiais, plantas e mapas municipais, bem como comunicará a alteração aos órgãos competentes, inclusive à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
- **Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- **Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial quanto a Lei Municipal nº 1.807 de 21 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, 27 de novembro de 2025.

#### **JOSÉ RAFAEL VEZZAN**

#### **Prefeito Municipal**

Registrado em livro próprio e publicado no Paço Municipal, 27 de novembro de 2025

Luciana Maria Gonçalves Benedetti Diretora de Administração e Governo Municipal

# Portarias

#### PORTARIA N° 215 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

"Prorroga contratação de emprego público em caráter temporário e emergencial e dá outras providências".

JOSÉ RAFAEL VEZZAN, Prefeito Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como pela Lei Complementar 03/2017;

Art. 1.º PRORROGA contratação de emprego público por tempo determinado por mais 90 dias de acordo com o **Processo Administrativo abaixo descrito**, pelo regime da CLT, no município do Monte Alegre do Sul, o servidor descrito para o cargo selecionado, a saber:

Nome	Cargo	Tipo de	Processo	Admissão	Data prevista	Departamento
		Contratação	Administrativo		de	
					encerramento	
					do contrato	
Michel Júlio	Motorista	Contratação	4010/2025	02/08/2025	29/01/2026	Saúde
Silvério		Emergencial				

Art. 2.º O Servidor nomeado no artigo anterior ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações do respectivo cargo junto ao Departamento de Saúde.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, considerando seus efeitos a partir da data de prorrogação, 01 de novembro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, 17 de novembro de 2025

#### JOSÉ RAFAEL VEZZAN Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Paço Municipal, 17 de novembro de 2025

Luciana Maria Gonçalves Benedetti Diretora de Administração e Governo Municipal

.....

#### PORTARIA N° 216 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025

"Prorroga contratação de emprego público em caráter temporário e emergencial e dá outras providências".

JOSÉ RAFAEL VEZZAN, Prefeito Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, bem como pela Lei Complementar 03/2017;



#### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 8 de 37

Art. 1.º PRORROGA contratação de emprego público por tempo determinado por mais 90 dias de acordo com o **Processo Administrativo abaixo descrito**, pelo regime da CLT, no município do Monte Alegre do Sul, a servidora descrita para o cargo selecionado, a saber:

1	Nome	Cargo	Tipo de Contratação	Processo Administrativo	Admissão	Data prevista de	Departamento
						encerramento do contrato	
Г	Natalia Conti de	ADI	Contratação	4110/2025	25/08/2025	21/02/2026	Educação
1	Araujo		Emergencial				

Art. 2.º O Servidor nomeado no artigo anterior ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações do respectivo cargo junto ao Departamento de Educação.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, 24 de novembro de 2025

#### JOSÉ RAFAEL VEZZAN Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Paço Municipal, 24 de novembro de 2025

Luciana Maria Gonçalves Benedetti Diretora de Administração e Governo Municipal

Município de Monte Alegre do Sul - SP



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 9 de 37

#### Contas Públicas e Instrumentos de Gestão Fiscal

#### Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP Relatório Resumido da Execução Orçamentária Balanço Orçamentário

Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1°)

Página 1 de 2

R\$ 1.00

	PREVISÃO RECEITAS REALIZADAS						SALDO
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	55.134.376,80	55.134.376,80	11.085.633,67	20,11	48.076.310,87	87,20	7.058.065,93
RECEITAS CORRENTES	53.149.376,80	53.149.376,80	10.835.633,67	20,39	47.826.310,87	89,98	5.323.065,93
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	10.237.473,00	10.237.473,00	1.804.340,72	17,62	9.489.394,09	92,69	748.078,91
Impostos	9.008.013,00	9.008.013,00	1.685.402,89	18,71	8.212.184,57	91,17	795.828,43
Taxas	1.229.460,00	1.229.460,00	118.937,83	9,67	1.277.209,52	103,88	(47.749,52)
CONTRIBUIÇÕES	840.000,00	840.000,00	146.339,28	17,42	719.037,75	85,60	120.962,25
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	840.000,00	840.000,00	146.339,28	17,42	719.037,75	85,60	120.962,25
RECEITA PATRIMONIAL	516.879,00	516.879,00	117.414,82	22,72	651.193,35	125,99	(134.314,35)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	269.325,00	269.325,00	43.550,32	16,17	269.613,01	100,11	(288,01)
Valores Mobiliários	247.554,00	247.554,00	73.864,50	29,84	381.580,34	154,14	(134.026,34)
RECEITA DE SERVIÇOS	2.167.300,00	2.167.300,00	436.462,95	20,14	1.959.892,85	90,43	207.407,15
Outros Serviços	2.167.300,00	2.167.300,00	436.462,95	20,14	1.959.892,85	90,43	207.407,15
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.900.209,80	38.900.209,80	8.274.578,44	21,27	34.739.901,21	89,31	4.160.308,59
Transferências da União e de suas Entidades	19.816.674,80	19.816.674,80	4.078.942,44	20,58	16.700.418,30	84,27	3.116.256,50
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	10.489.085,00	10.489.085,00	2.935.925,42	27,99	11.565.892,09	110,27	(1.076.807,09)
Transferências de Outras Instituições Públicas	8.594.450,00	8.594.450,00	1.259.710,58	14,66	6.473.590,82	75,32	2.120.859,18
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	487.515,00	487.515,00	56.497,46	11,59	266.891,62	54,75	220.623,38
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.565,00	5.565,00	-	-	-	-	5.565,00
Demais Receitas Correntes	481.950,00	481.950,00	56.497,46	11,72	266.891,62	55,38	215.058,38
RECEITAS DE CAPITAL	1.985.000,00	1.985.000,00	250.000,00	12,59	250.000,00	12,59	1.735.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.985.000,00	1.985.000,00	250.000,00	12,59	250.000,00	12,59	1.735.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	335.000,00	335.000,00	-	-	-	-	335.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.650.000,00	1.650.000,00	250.000,00	15,15	250.000,00	15,15	1.400.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	55.134.376,80	55.134.376,80	11.085.633,67	20,11	48.076.310,87	87,20	7.058.065,93
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	55.134.376,80	55.134.376,80	11.085.633,67	20,11	48.076.310,87	87,20	7.058.065,93
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	55.134.376,80	55.134.376,80	11.085.633,67	20,11	48.076.310,87	87,20	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	2.362.068,08	-	-	2.362.068,08	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	2.362.068,08	-	-	2.362.068,08	-	-
	1						

	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
<u>DESPESAS</u>	INICIAL (d)	ATUALIZADA (e)	No Bimestre Até o Bimestre (g)=(e-f)			No Bimestre	Até o Bimestre (h)	(i)=(e-h)	ATÉ O BIMESTRE (j)	NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	53.334.376,80	62.019.650,27	10.722.731,69	48.437.772,10	13.581.878,17	10.147.465,61	46.176.267,75	15.843.382,52	43.616.321,58	-
DESPESAS CORRENTES	47.797.476,80	53.335.563,99	7.811.352,40	42.505.415,94	10.830.148,05	8.538.284,46	41.760.390,79	11.575.173,20	39.305.949,62	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.233.010,00	25.781.110,94	4.309.090,51	21.216.276,41	4.564.834,53	4.309.090,51	21.216.276,41	4.564.834,53	20.824.769,22	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.564.466,80	27.554.453,05	3.502.261,89	21.289.139,53	6.265.313,52	4.229.193,95	20.544.114,38	7.010.338,67	18.481.180,40	-



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 10 de 37

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP Relatório Resumido da Execução Orçamentária Balanço Orçamentário

Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

Página 2 de 2

	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS E	MPENHADAS	SALDO	DESPESAS I	LIQUIDADAS	SALDO	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
<u>DESPESAS</u>	INICIAL (d)	ATUALIZADA (e)	No Bimestre	Até o Bimestre (f)	(g)=(e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	(i)=(e-h)	ATÉ O BIMESTRE (j)	NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS DE CAPITAL	5.236.900,00	8.684.086,28	2.911.379,29	5.932.356,16	2.751.730,12	1.609.181,15	4.415.876,96	4.268.209,32	4.310.371,96	-
INVESTIMENTOS	2.736.900,00	5.513.628,16	2.261.179,93	2.787.414,79	2.726.213,37	939.363,74	1.270.935,59	4.242.692,57	1.165.430,59	-
AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	2.500.000,00	3.170.458,12	650.199,36	3.144.941,37	25.516,75	669.817,41	3.144.941,37	25.516,75	3.144.941,37	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	53.334.376,80	62.019.650,27	10.722.731,69	48.437.772,10	13.581.878,17	10.147.465,61	46.176.267,75	15.843.382,52	43.616.321,58	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	53.334.376,80	62.019.650,27	10.722.731,69	48.437.772,10	13.581.878,17	10.147.465,61	46.176.267,75	15.843.382,52	43.616.321,58	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	1.900.043,12	-	4.459.989,29	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	53.334.376,80	62.019.650,27	10.722.731,69	48.437.772,10	-	10.147.465,61	48.076.310,87	15.843.382,52	48.076.310,87	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

,		PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS			SALDO					
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% At (b/a)	té o Bimestre (c)	% (c/a)	(a-c)				
	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS		SAL	0	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
<u>DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</u>	INICIAL (d)	ATUALIZADA (e)	No Bimestre	Até o Bimest (f)	tre (g)=		No Bimestre	Até o Bimestre (h)	(i)=(e-h)	ATÉ O BIMESTRE (j)	NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-		-		-	-		-	-	-	-

<sup>1</sup> O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 11 de 37

Página 1 de 5

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)

		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS RE	ALIZADAS
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	(a)	Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	9.008.013,00	9.008.013,00	8.212.184,57	91,17
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.098.834,00	5.098.834,00	3.887.368,69	76,24
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.133.705,00	1.133.705,00	842.880,77	74,35
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.504.974,00	1.504.974,00	2.273.599,18	151,07
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.270.500,00	1.270.500,00	1.208.335,93	95,11
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	27.518.500,00	27.518.500,00	25.878.881,53	94,04
Cota-Parte FPM	16.000.000,00	16.000.000,00	14.677.794,77	91,74
Cota-Parte ITR	3.500,00	3.500,00	32.223,75	920,68
Cota-Parte IPVA	2.860.000,00	2.860.000,00	2.862.747,83	100,10
Cota-Parte ICMS	8.610.000,00	8.610.000,00	8.246.120,09	95,77
Cota-Parte IPI-Exportação	45.000,00	45.000,00	59.995,09	133,32
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	36.526.513,00	36.526.513,00	34.091.066,10	93,33

DESDESAS COM AÇÕES E SERVICOS DÍBI ICOS DE SAÍDE (ASPS) — DOP SUBFUNÇÃO E	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS L	LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVICOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	INICIAL	(c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	8.484.700,00	9.017.200,00	7.806.976,07	86,58	7.699.433,02	85,39	7.357.755,01	81,60
Despesas Correntes	8.364.700,00	8.897.200,00	7.733.569,77	86,92	7.630.896,72	85,77	7.304.547,96	82,10
Despesas de Capital	120.000,00	120.000,00	73.406,30	61,17	68.536,30	57,11	53.207,05	44,34
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 12 de 37

Página 2 de 5

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA - (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS L	LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	
	INICIAL		Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VIII + VIII + IX + X)	8.484.700,00	9.017.200,00	7.806.976,07	86,58	7.699.433,02	85,39	7.357.755,01	81,60

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	7.806.976,07	7.699.433,02	7.357.755,01
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)¹	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)³	-	-	-
(·) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)²	-	-	-
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	7.806.976,07	7.699.433,02	7.357.755,01
Despesa Minima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			5.113.659,92
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			5.113.659,92
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	-	2.585.773,11	2.244.095,10
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-	22,58	

		LII	MITE NÃO CUMPRID	0	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO	Saluo IIIICiai	Despesas Cust	eadas no Exercício o	Saldo Final	
DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	(no exercicio atual) (h)	Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	(não aplicado)1 (l) = (h - (i ou j))
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo final = XIXd)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	•	-	-

						EXECUÇÃO DE RESTOS A	PAGAR				
	EXERCÍCIO DO EMPENHO <sup>2</sup>	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)			RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
E	Empenhos de 2025	5.113.659,92	7.699.433,02	2.585.773,11	-	-	-	-	-	-	2.585.773,11
E	Empenhos de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
E	Empenhos de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
E	Empenhos de 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



#### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 13 de 37

Página 3 de 5

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)

	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR												
Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m) Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m) Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m) Valor aplicado em ASPS no exercício (n) Valor aplicado em CASPS no exercício (n) Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, (p) Total inscrito em RP (no exercício exercício exercício exercício exercício (p) (p) RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício então (o) = (n - m), se < 0, (p) (p) RPNP Inscritos (no exercício exercício exercício exercício exercício exercício então (o) = (n - m), se < 0, (p)							Valor inscrito em RP considerado no Limite $(r) = (p - (o + q))$ se $< 0$ , então $(r) = (0)$	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))		
Ī	Empenhos de 2021 e anteriores	-	-	-	-	-	-	-		-	-		

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXIII)

		RESTOS A PAG	AR CANCELADOS O		
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º 6 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial	Despesas Cust	teadas no Exercício d	de Referência	Saldo Final (não aplicado)1
GAIAA CONFORME ARTIGO 245 1 - 6 2 - DA LC 141/2012	(w)	Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	(aa) = (w - (x ou y))
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	5.474,46	-	-	-	5.474,46
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	6.916,19	-	-	-	6.916,19
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	12.390,65	-	-	-	12.390,65

	_	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS RE	ALIZADAS
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	(a)	Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	4.383.800,00	4.383.800,00	4.753.568,86	108,43
Proveniente da União	3.861.800,00	3.861.800,00	3.059.273,81	79,22
Proveniente dos Estados	522.000,00	522.000,00	1.694.295,05	324,58
Proveniente de outros Municípios	-	-	-	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	-	-	-1	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)	-	-	18.096,90	-
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	4.383.800,00	4.383.800,00	4.771.665,76	108,85

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO										
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO	DOTAÇÃO DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS E	MPENHADAS	DESPESAS L	IQUIDADAS	DESPESAS PAGAS			
COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	INICIAL	(c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100		
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	4.259.700,00	7.025.274,18	3.501.018,65	49,83	3.099.147,82	44,11	2.795.692,75	39,79		
Despesas Correntes	3.809.700,00	5.426.146,18	2.943.749,36	54,25	2.918.069,44	53,78	2.640.535,22	48,66		
Despesas de Capital	450.000,00	1.599.128,00	557.269,29	34,85	181.078,38	11,32	155.157,53	9,70		



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 14 de 37

Página 4 de 5

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)

	DESPESAS CO	M SAÚDE NÃO COMPUTAD	DAS NO CÁLCULO DO I	мі́мімо				
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS E	MPENHADAS	DESPESAS L	LIQUIDADAS	DESPESA	S PAGAS
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	INICIAL	(c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	60.000,00	703.997,65	301.783,12	42,87	301.783,12	42,87	301.783,12	42,87
Despesas Correntes	60.000,00	703.997,65	301.783,12	42,87	301.783,12	42,87	301.783,12	42,87
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	64.100,00	64.100,00	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	64.100,00	64.100,00	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	4.383.800,00	7.793.371,83	3.802.801,77	48,80	3.400.930,94	43,64	3.097.475,87	39,75

<u>DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE</u>	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EI	MPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
	INICIAL	(c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	12.744.400,00	16.042.474,18	11.307.994,72	70,49	10.798.580,84	67,31	10.153.447,76	63,29
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	60.000,00	703.997,65	301.783,12	42,87	301.783,12	42,87	301.783,12	42,87



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 15 de 37

Página 5 de 5

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP Relatório Resumido da Execução Orçamentária **Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde** Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)

,	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS E	MPENHADAS	DESPESAS L	IQUIDADAS	DESPESA	AS PAGAS
<u>DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE</u>	INICIAL	(c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	64.100,00	64.100,00	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	12.868.500,00	16.810.571,83	11.609.777,84	69,06	11.100.363,96	66,03	10.455.230,88	62,19

#### Notas:

¹Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.



#### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 16 de 37

Página: 1 de 2 28/11/202509:58:16

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul - SP Relatório Resumido de Execução Orçamentária Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

	Dotação	Dotação	Despe	esas Empenhada:	s	SALDO	Des	oesas Liquidadas		Saldo
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	%		No Bimestre	Até o Bimestre	%	
		(a)		(b)	(b/total b)	(c)=(a-b)		(d)	(d/Total d)	(e)=(a-d)
DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)	53.334.376,80	62.019.650,27	10.722.731,69	48.437.772,10	100,00	13.581.878,17	10.147.465,61	46.176.267,75	100,00	15.843.382,52
Administração	6.984.000,00	7.134.912,25	1.091.274,42	6.062.244,32	12,52	1.072.667,93	1.151.136,26	5.882.521,99	12,74	1.252.390,26
Defesa do Interesse Público no Processo Jเ	605.500,00	839.930,43	125.340,02	702.853,40	1,45	137.077,03	125.340,02	702.853,40	1,52	137.077,03
Planejamento e Orçamento	374.500,00	467.948,13	63.760,62	400.475,69	0,83	67.472,44	72.890,32	395.925,69	0,86	72.022,44
Administração Geral	5.889.700,00	5.783.733,69	897.395,76	4.942.005,81	10,20	841.727,88	948.127,90	4.766.833,48	10,32	1.016.900,21
Controle Interno	75.300,00	4.300,00	0,00	0,00	0,00	4.300,00	0,00	0,00	0,00	4.300,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	39.000,00	39.000,00	4.778,02	16.909,42	0,03	22.090,58	4.778,02	16.909,42	0,04	22.090,58
Assistência Social	1.412.800,00	1.344.908,20	156.990,18	667.965,14	1,38	676.943,06	146.910,39	634.884,73	1,37	710.023,47
Assistência à Criança e ao Adolescente	190.000,00	235.955,49	26.777,28	84.683,80	0,17	151.271,69	21.562,88	76.913,40	0,17	159.042,09
Assistência Comunitária	1.222.800,00	1.108.952,71	130.212,90	583.281,34	1,20	525.671,37	125.347,51	557.971,33	1,21	550.981,38
Saúde	12.961.500,00	16.903.571,83	2.433.044,33	11.625.235,62	24,00	5.278.336,21	2.551.763,58	11.115.821,74	24,07	5.787.750,09
Atenção Básica	12.837.400,00	16.135.474,18	2.169.905,66	11.323.452,50	23,38	4.812.021,68	2.288.624,91	10.814.038,62	23,42	5.321.435,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	60.000,00	703.997,65	263.138,67	301.783,12	0,62	402.214,53	263.138,67	301.783,12	0,65	402.214,53
Suporte Profilático e Terapêutico	64.100,00	64.100,00	0,00	0,00	0,00	64.100,00	0,00	0,00	0,00	64.100,00
Educação	16.828.876,80	17.268.137,07	3.057.943,18	14.553.759,76	30,05	2.714.377,31	2.990.709,33	14.382.746,69	31,15	2.885.390,38
Alimentação e Nutrição	765.905,00	777.905,00	166.218,41	737.215,81	1,52	40.689,19	176.265,65	721.238,79	1,56	56.666,21
Ensino Fundamental	11.033.303,00	11.704.835,83	2.072.624,88	9.971.476,06	20,59	1.733.359,77	2.107.086,80	9.945.888,04	21,54	1.758.947,79
Ensino Superior	420.000,00	291.293,12	43.661,00	258.410,00	0,53	32.883,12	43.670,00	258.410,00	0,56	32.883,12
Educação Infantil	4.549.668,80	4.441.603,12	775.438,89	3.534.157,89	7,30	907.445,23	663.686,88	3.404.709,86	7,37	1.036.893,26
Educação Especial	60.000,00	52.500,00	0,00	52.500,00	0,11	0,00	0,00	52.500,00	0,11	0,00
Cultura	463.200,00	569.416,08	39.695,63	438.951,88	0,91	130.464,20	106.799,38	427.651,88	0,93	141.764,20
Difusão Cultural	463.200,00	569.416,08	39.695,63	438.951,88	0,91	130.464,20	106.799,38	427.651,88	0,93	141.764,20
Urbanismo	7.184.000,00	9.367.394,94	2.276.853,66	7.318.447,66	15,11	2.048.947,28	1.772.138,42	6.306.860,07	13,66	3.060.534,87
Serviços Urbanos	6.573.500,00	8.248.803,68	2.203.953,29	6.289.946,10	12,99	1.958.857,58	1.541.487,75	5.288.018,26	11,45	2.960.785,42
Turismo	610.500,00	1.118.591,26	72.900,37	1.028.501,56	2,12	90.089,70	230.650,67	1.018.841,81	2,21	99.749,45
Saneamento	2.734.800,00	3.013.164,34	397.123,49	2.613.619,20	5,40	399.545,14	434.600,65	2.597.964,03	5,63	415.200,31
Saneamento Básico Urbano	2.734.800,00	3.013.164,34	397.123,49	2.613.619,20	5,40	399.545,14	434.600,65	2.597.964,03	5,63	415.200,31
Gestão Ambiental	201.400,00	141.008,18	18.605,35	79.174,25	0,16	61.833,93	21.314,54	76.759,25	0,17	64.248,93
Preservação e Conservação Ambiental	201.400,00	141.008,18	18.605,35	79.174,25	0,16	61.833,93	21.314,54	76.759,25	0,17	64.248,93
Agricultura	453.400,00	789.720,56	79.309,55	505.937,60	1,04	283.782,96	84.799,46	497.580,80	1,08	292.139,76
Promoção da Produção Agropecuária	453.400,00	789.720,56	79.309,55	505.937,60	1,04	283.782,96	84.799,46	497.580,80	1,08	292.139,76
Desporto e Lazer	760.400,00	1.657.100,00	398.293,88	767.637,50	1,58	889.462,50	91.254,55	448.677,40	0,97	1.208.422,60
Desporto Comunitário	760.400,00	1.657.100,00	398.293,88	767.637,50	1,58	889.462,50	91.254,55	448.677,40	0,97	1.208.422,60
Encargos Especiais	3.050.000,00	3.830.316,82	773.598,02	3.804.799,17	7,86	25.517,65	796.039,05	3.804.799,17	8,24	25.517,65
Serviço da Dívida Interna	2.500.000,00	3.170.458,12	650.199,36	3.144.941,37	6,49	25.516,75	669.817,41	3.144.941,37	6,81	25.516,75
Outros Encargos Especiais	550.000,00	659.858,70	123.398,66	659.857,80	1,36	0,90	126.221,64	659.857,80	1,43	0,90
Reservas	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



#### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 17 de 37

Página: 2 de 2 28/11/202509:58:16

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul - SP Relatório Resumido de Execução Orçamentária Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

	Dotação	Dotação	Despe	esas Empenhada:	S	SALDO	Des	oesas Liquidadas		Saldo
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	%		No Bimestre	Até o Bimestre	%	
		(a)		(b)	(b/total b)	(c)=(a-b)		(d)	(d/Total d)	(e)=(a-d)
Reserva de Contingência	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DĖSPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	53.334.376,80	62.019.650,27	10.722.731,69	48.437.772,10	100	13.581.878,17	10.147.465,61	46.176.267,75	100	15.843.382,52



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 18 de 37

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo da Receita Corrente Líquida Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Novembro/2024 a Outubro/2025

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)

R\$ 1,00

Página 1 de 3

	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES									
ESPECIFICAÇÃO	Novembro/2024	Dezembro/2024	Janeiro/2025	Fevereiro/2025	Março/2025	Abril/2025	Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2025		
	Maio/2025	Junho/2025	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,			
RECEITAS CORRENTES (I)	4.228.954,11	5.794.969,43	7.174.291,53	5.228.786,61	4.431.818,30	4.589.688,25	62.877.706,90	58.653.012,80		
	5.000.621,89	4.561.102,77	5.527.736,13	4.653.200,74	5.610.331,39	6.076.205,75				
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	723.166,27	913.703,19	2.146.832,64	747.344,67	642.723,81	612.468,10	11.126.263,55	10.237.473,00		
	693.423,62	799.736,13	1.030.467,49	1.012.056,91	853.026,78	951.313,94				
IPTU	230.349,48	229.762,60	1.579.252,55	307.125,38	252.300,67	234.514,00	4.347.480,77	5.098.834,00		
	237.931,00	241.043,35	270.413,05	254.884,82	241.111,12	268.792,75				
ISS	133.070,22	136.724,89	177.872,90	147.572,96	162.422,34	142.083,69	2.543.394,29	1.504.974,00		
	163.595,60	270.686,59	241.843,78	295.401,17	292.099,20	380.020,95				
ITBI	49.901,70	79.218,00	43.524,47	134.545,44	71.957,37	75.311,51	972.000,47	1.133.705,00		
	61.984,13	95.534,58	47.993,62	68.714,28	116.986,64	126.328,73				
IRRF	115.069,91	220.692,83	135.237,81	104.679,71	118.135,38	114.546,54	1.544.098,67	1.270.500,00		
	113.732,52	11.072,47	228.151,92	122.716,08	130.132,09	129.931,41				
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	194.774,96	247.304,87	210.944,91	53.421,18	37.908,05	46.012,36	1.719.289,35	1.229.460,00		
	116.180,37	181.399,14	242.065,12	270.340,56	72.697,73	46.240,10				
Contribuições	70.270,00	71.406,08	70.473,79	79.702,11	69.106,62	69.423,91	860.713,83	840.000,00		
	69.689,51	76.496,93	62.205,66	75.599,94	76.383,85	69.955,43				
Receita Patrimonial	49.471,94	66.755,35	82.913,28	65.515,92	59.442,63	72.119,88	767.420,64	516.879,00		
	56.697,98	52.923,68	63.216,54	80.948,62	59.273,73	58.141,09				
Rendimentos de Aplicação Financeira	20.210,49	23.905,59	27.727,51	38.183,16	35.001,72	34.420,76	425.696,42	247.554,00		
	34.603,29	35.860,56	40.836,12	61.082,72	40.994,14	32.870,36				
Outras Receitas Patrimoniais	29.261,45	42.849,76	55.185,77	27.332,76	24.440,91	37.699,12	341.724,22	269.325,00		
	22.094,69	17.063,12	22.380,42	19.865,90	18.279,59	25.270,73				
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-				
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-				
Receita de Serviços	-	-	231.092,93	143.762,69	206.212,08	194.069,81	1.959.892,85	2.167.300,00		
	232.297,37	145.897,96	226.900,83	143.196,23	186.217,60	250.245,35				
Transferências Correntes	3.343.250,29	4.680.547,07	4.625.170,32	4.187.941,68	3.433.373,81	3.590.647,70	47.791.171,06	44.403.845,80		
	3.894.059,32	3.479.579,23	4.133.966,10	3.297.153,63	4.387.331,39	4.738.150,52				
Cota-Parte do FPM	1.419.822,82	2.293.916,42	1.436.542,27	1.927.673,84	1.269.461,92	1.289.989,92	19.020.922,82	17.669.500,00		
	1.645.565,04	1.690.221,39	1.776.528,38	1.368.913,46	1.737.204,98	1.165.082,38				
Cota-Parte do ICMS	679.093,48	845.110,39	729.893,80	781.723,27	798.713,64	860.236,88	9.770.323,96	8.610.000,00		
	796.331,18	603.620,25	1.092.929,97	806.449,66	973.776,51	802.444,93				
Cota-Parte do IPVA	33.594,01	65.488,66	1.280.300,45	387.923,43	294.625,98	271.774,15	2.961.830,50	2.860.000,00		
	238.977,65	62.539,26	78.498,35	80.439,53	98.398,04	69.270,99				



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 19 de 37

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo da Receita Corrente Líquida Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Novembro/2024 a Outubro/2025

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)

R\$ 1,00

Página 2 de 3

				EVOLUÇÃO DA RECE	ITA REALIZADA NOS ÚL	TIMOS 12 MESES		
ESPECIFICAÇÃO	Novembro/2024	Dezembro/2024	Janeiro/2025	Fevereiro/2025	Março/2025	Abril/2025	T + 1 (///// 10.14	D
	Maio/2025	Junho/2025	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2025
Cota-Parte do ITR	854,43	971,94	138,86	795,71	1.947,86	494,13	34.050,12	3.500,00
	318,70	622,67	430,84	588,69	5.291,45	21.594,84		
Transferências da LC 61/1989	5.168,27	7.097,22	4.635,43	5.382,84	6.208,35	6.613,17	72.260,58	45.000,00
	5.247,36	6.755,23	6.240,79	5.513,01	6.711,88	6.687,03		
Transferências do FUNDEB	608.741,50	748.247,71	784.637,44	673.072,30	642.460,87	682.934,88	7.864.758,27	8.594.450,00
	629.177,03	475.360,89	743.257,71	582.979,12	680.883,73	613.005,09		
Outras Transferências Correntes	595.975,78	719.714,73	389.022,07	411.370,29	419.955,19	478.604,57	8.067.024,81	6.621.395,80
	578.442,36	640.459,54	436.080,06	452.270,16	885.064,80	2.060.065,26		
Outras Receitas Correntes	42.795,61	62.557,74	17.808,57	4.519,54	20.959,35	50.958,85	372.244,97	487.515,00
	54.454,09	6.468,84	10.979,51	44.245,41	48.098,04	8.399,42		
DEDUÇÕES (II)	427.706,57	503.185,87	690.302,17	620.699,78	474.191,54	485.821,62	5.958.364,93	5.504.336,00
	537.287,97	472.751,71	443.133,37	452.380,86	437.887,45	413.016,02		
Contribuição do Servidor para Plano de Previdência	-	-	-	-	-	-	-[	-
	-	-	-	-	-	-		
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	-	-	-	-	-	-	-[	-
	-	-	-	-	-	-		
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-[	-
	-	-	-	-	-	-		
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	427.706,57	503.185,87	690.302,17	620.699,78	474.191,54	485.821,62	5.958.364,93	5.504.336,00
	537.287,97	472.751,71	443.133,37	452.380,86	437.887,45	413.016,02		
DESCRIPTION OF THE PROPERTY OF	3.801.247,54	5.291.783,56	6.483.989,36	4.608.086,83	3.957.626,76	4.103.866,63	56.919.341,97	53.148.676,80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	4.463.333,92	4.088.351,06	5.084.602,76	4.200.819,88	5.172.443,94	5.663.189,73		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas	-	-	-	-	-	-	900.000,00	-
individuals (art. 166-A, § 1°, da CF) (IV)	-	-	-	-	400.000,00	500.000,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS	3.801.247,54	5.291.783,56	6.483.989,36	4.608.086,83	3.957.626,76	4.103.866,63	56.019.341,97	53.148.676,80
LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	4.463.333,92	4.088.351,06	5.084.602,76	4.200.819,88	4.772.443,94	5.163.189,73		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes	39.536,00	79.072,00	42.504,00	42.504,00	42.504,00	42.504,00	543.648,00	489.000,00
comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	42.504,00	42.504,00	42.504,00	42.504,00	42.504,00	42.504,00		
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 20 de 37

Página 3 de 3

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo da Receita Corrente Líquida Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Novembro/2024 a Outubro/2025

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS 3.761.711,54 5.212.711,56 6.441.485,36 4.565.582,83 3.915.122,76 4.061.362,63 55.475.693,97 52.659.676,80 LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII ) 4.420.829,92 4.045.847,06 5.042.098,76 4.158.315,88 4.729,939,94 5.120.685,73



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 21 de 37

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

Página 1 de 5

REGIME PRÓPRIO I	DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS	
FUNDO EM CAP	ITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-
Receita de Serviços	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-
Receitas de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)¹	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I+III-II)	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Beneficios	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões por Morte	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-			-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-			-	_
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V) <sup>2</sup>	-		-	-	



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 22 de 37

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

Página 2 de 5

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
-
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
-
APORTES REALIZADOS
-
-
-
-
SALDO ATUAL
-
-
-



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 23 de 37

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

Página 3 de 5

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)							
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Birnestre (b)					
RECEITAS CORRENTES (VII)	-				-		
Receita de Contribuições dos Segurados	-				-		
Ativo	-				-		
Inativo	-				-		
Pensionista	-				-		
Receita de Contribuições Patronais	-				-		
Ativo	-				-		
Inativo	-				-		
Pensionista	-				-		
Receita Patrimonial	-				-		
Receitas Imobiliárias	-	İ			-		
Receitas de Valores Mobiliários	-				-		
Outras Receitas Patrimoniais	-				-		
Receita de Serviços	-				-		
Outras Receitas Correntes	-				-		
Compensação Financeira entre os regimes	-				-		
Demais Receitas Correntes	-				-		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	-				-		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-				-		
Amortização de Empréstimos	-				-		
Outras Receitas de Capital	-				-		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	-				-		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)		
Beneficios	-	-		-	-		
Aposentadorias	-	-	-	-	-		
Pensões por Morte	-	-	-	-	-		
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-		
Compensação Financeira entre os regimes	-	-	-	-	-		
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-		
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	-	-		-	-		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X) <sup>2</sup>		-		-			



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos

Ano XV | Edição nº 426

Página 24 de 37

Página 4 de 5

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro	Página 4 de
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)	Em Rea
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS						
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até (b) (b)				
Receitas Correntes	-					
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	-					

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Despesas Correntes (XIII)	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital (XIV)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	-	-	-	-	-
TOWN THE DATA DIVINISTRA OF CORPORATION AND AND AND AND AND AND AND AND AND AN					VIIIIIIIIIII
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV) <sup>2</sup>	-	-	-		

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS SALDO ATUAL Caixa e Equivalentes de Caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos

BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO							
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					
Contribuições dos Servidores	-	-					
Demais receitas Previdenciárias	-	-					
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	-						



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 25 de 37

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

Página 5 de 5

DESPESAS PREVIDENCIARIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO Exercício (g)
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	-	-	-	-	-
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII) <sup>2</sup>	-	-	-	-	

<sup>1</sup> Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração 2 O resultado previdenciário será apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre)



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 26 de 37

Página 1 de 3

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA							
	Previsão	Até o Bimestre/2025					
RECEITAS PRIMÁRIAS	Atualizada	Receitas Realizadas					
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	53.149.376,80	(a) 47.826.310,87					
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.237.473,00	9,489,394,09					
IPTU	5.098.834,00	3.887.368,69					
ISS	1.504.974,00	2.273.599,18					
ITBI	1.133.705,00	842.880,77					
IRRF	1.270.500,00	1.208.335,93					
Outros Impostos, Taxas, e Contribuições de Melhoria	1.229.460,00	1.277.209,52					
Contribuições	840.000,00	719.037,75					
Receita Patrimonial	516.879,00	651.193,35					
Aplicações Financeiras (II)	247.554,00	381.580,34					
Outras Receitas Patrimoniais	269.325,00	269.613,01					
Transferências Correntes	38.900.209,80	34.739.901,21					
Cota-Parte do FPM	14.469.500,00	12.519.928,51					
Cota-Parte do ICMS	6.888.000,00	6.596.896,24					
Cota-Parte do IPVA	2.288.000,00	2.290.197,94					
Cota-Parte do ITR	2.864,00	25.779,10					
Transferências da LC 61/1989	36.000,00	47.996,06					
Transferências do FUNDEB	8.594.450,00	6.507.769,06					
Outras Transferências Correntes	6.621.395,80	6.751.334,30					
Demais Receitas Correntes	2.654.815,00	2.226.784,47					
Outras Receitas Financeiras (III)	166.950,00	254.535,2					
Receitas Correntes Restantes	2.487.865,00	1.972.249,26					
  RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	52.734.872,80	47.190.195,3					
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	-						
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	-						
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	1.985.000,00	250.000,0					
Operações de Crédito (VIII)	-						
Amortização de Empréstimos (IX)	-						
Alienação de Bens	-						
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	-						
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	-						
Outras Alienações de Bens	-						
Transferências de Capital	1.985.000,00	250.000,00					
Convênios	1.985.000,00	250.000,00					
Outras Transferências de Capital	-						
Outras Receitas de Capital	-						
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	-						
Outras Receitas de Capital Primárias	-						
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	1.985.000,00	250.000,00					
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	-						
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	-						
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	54.719.872,80	47.440.195,32					
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	54.719.872,80	47.440.195,32					

				Até o Bime	estre/2025		
DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada			Despesas Pagas	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar n	ão Processados
		Empenhadas	Liquidadas	(a)	Pagos (b)	Liquidados	Pagos (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	53.335.563,99	42.505.415,94	41.760.390,79	39.305.949,62	1.188.975,19	314.289,00	249.491,03
Pessoal e Encargos Sociais	25.781.110,94	21.216.276,41	21.216.276,41	20.824.769,22	465.351,36	-	-
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	=	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	27.554.453,05	21.289.139,53	20.544.114,38	18.481.180,40	723.623,83	314.289,00	249.491,03
Transferências Constitucionais e Legais	=	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	27.554.453,05	21.289.139,53	20.544.114,38	18.481.180,40	723.623,83	314.289,00	249.491,03
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	53.335.563,99	42.505.415,94	41.760.390,79	39.305.949,62	1.188.975,19	314.289,00	249.491,03
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	-	-	-	-	-	-	-



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal  $n^{\varrho}$  1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 27 de 37

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo dos Resultados Primário e Nomir	nal						Página 2 de 3
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS)	J	J	J	J	J		J
(XXII) DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	8.684.086,28	5.932.356,16	4.415.876,96	4.310.371,96	534.952,92	_	
Investimentos	5.513.628,16	2.787.414,79	1.270.935,59	1.165.430,59	256.000,00		-
Inversões Financeiras	3.313.028,10	2.707.414,79	1.270.933,39	1.103.430,39	230.000,00	•	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	-		-	7	1	•	-
	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)  Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	1	-	-
	0.470.450.40		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XXVII)  DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	3.170.458,12 5.513.628,16	3.144.941,37 2.787.414,79	3.144.941,37 1.270.935,59	3.144.941,37 1.165.430,59	278.952,92 256.000,00	-	- -
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPSS) (XXX) DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	- -	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	58.849.192,15	45.292.830,73	43.031.326,38	40.471.380,21	1.444.975,19	314.289,00	249.491,03
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	58.849.192,15	45.292.830,73	43.031.326,38	40.471.380,21	1.444.975,19	314.289,00	249.491,03
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							5.274.348,89
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							5.274.348,89
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO  Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de			V	ALOR CORRENTE			
referência							-
JUROS NOMINAIS				Até o Bimestre/2025 'ALOR INCORRIDO			
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)							381.580,34
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)							954.298,61
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)							4.701.630,62
		ABAIXO DA LIN	IHA				
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		Em 31/De	7/2024	SALDO	Δ1	té o 5º Bimestre	
CALCULU DO RESULTADO NOMINAL		(a)	2/2024		A	(b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXIX)				11.100.344,95			19.091.120,17
DEDUÇÕES (XL)				-2.370.801,37			525.191,29
Disponibilidade de Caixa Disponibilidade de Caixa Bruta				-2.370.801,37 3.296,278,43			525.191,29 4.129.108.61
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)				3.873.966,19			1.941.672,42
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados				1.793.113,61			1.662.244,90
Demais Haveres Financeiros				-			-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)				13.471.146,32			18.565.928,88 - <b>5.094.782,56</b>
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL			V	ALOR CORRENTE			
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício			·	ALOR CONTREME			-
AJUSTE METODOLÓGICO				té o Bimestre/2025			
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XLIV) = (XLIb - XLIa)			A	te o Bimestre/2025			-1.932.293,77
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)							-1.932.293,77
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI) VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC							-
(XLVII) VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)							-
OUTROS AJUSTES (XLXIX)  RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Lieba (L. P. VIII.) - VIII							7 027 076 22
Linha (L) = [XLIII + ( XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX) ]							-7.027.076,33
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)							-6.454.358,06



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal  $n^{\varrho}$  1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 28 de 37

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro Página 3 de 3

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.362.068,08
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	2.362.068,08
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 29 de 37



Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul - SP Relatório Resumido da Execução Orçamentária Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Orgão Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 7 (LRF, art.53, inciso V)

R\$ 1,00 Unidade Gestora: PREFEITURA MUN. DE MONTE ALEGRE DO SUL

	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
PODER/ÓRGÃO	In	scritos					Inscritos					1
FODER/ORGAO	Em Exercícios	Em 31 de	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios	Em 31 de	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
	Anteriores	dezembro de 2024				Anteriores	dezembro de 2024					Saldo Total
	(a)	(b)	(c)	(d)	e=(a+b)-(c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k=(f+g)-(i+j)	L=(e+k)
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMEN	1.184.179,03	2.968.740,08	1.723.928,11	552.116,55	1.876.874,45	398.104,54	540.962,81	314.289,00	249.491,03	22.292,93	667.283,39	2.544.157,84
PODER EXECUTIVO	1.184.179,03	2.968.740,08	1.723.928,11	552.116,55	1.876.874,45	398.104,54	540.962,81	314.289,00	249.491,03	22.292,93	667.283,39	2.544.157,84
PODER LEGISLATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CAMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	1.184.179,03	2.968.740,08	1.723.928,11	552.116,55	1.876.874,45	398.104,54	540.962,81	314.289,00	249.491,03	22.292,93	667.283,39	2.544.157,84



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 30 de 37

Página 1 de 6

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 8 (LDB,art. 72)

Em Reais

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)									
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre ( b)							
1- RECEITA DE IMPOSTOS	9.008.013,00	8.212.184,57							
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	5.098.834,00	3.887.368,69							
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.133.705,00	842.880,77							
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.504.974,00	2.273.599,18							
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.270.500,00	1.208.335,93							
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	29.188.000,00	26.508.270,34							
2.1- Cota-Parte FPM	17.669.500,00	15.307.183,58							
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.000.000,00	14.677.794,77							
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.669.500,00	629.388,81							
2.2- Cota-Parte ICMS	8.610.000,00	8.246.120,09							
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	45.000,00	59.995,09							
2.4- Cota-Parte ITR	3.500,00	32.223,75							
2.5- Cota-Parte IPVA	2.860.000,00	2.862.747,83							
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-							
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-							
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	38.196.013,00	34.720.454,91							
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	5.503.636,00	5.027.472,49							
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	4.045.303,25	3.504.337,42							

	FUNDEB								
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)							
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	8.698.510,00	6.505.423,80							
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	8.698.510,00	6.505.423,80							
6.1.1- Principal	8.594.450,00	6.473.590,82							
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	104.060,00	31.832,98							
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-							
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	-							
6.2.1- Principal	-	-							
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-							
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-							
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-							
6.3.1- Principal	-	-							
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-							
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-							



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 31 de 37

Página 2 de 6

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 8 (LDB,art. 72)

Em Reais

FUNDEB								
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)						
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-						
6.4.1- Principal	-	-						
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-						
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-						
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)1	3.090.814,00	1.446.118,33						

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	_
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	-
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	6.505.423,80

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	8.698.510,00	6.958.794,85	6.958.794,85	6.951.626,29	
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	7.408.510,00	6.472.052,67	6.472.052,67	6.464.884,11	
10.1.1 - Educação Infantil	1.164.000,00	1.068.975,70	1.068.975,70	1.068.975,70	
10.1.2 - Ensino Fundamental	6.244.510,00	5.403.076,97	5.403.076,97	5.395.908,41	
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos		-	-	-	
10.1.4 - Educação Especial	-1	-	-	-	
10.1.5 - Administração Geral	-1	-	-	-	
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.290.000,00	486.742,18	486.742,18	486.742,18	
10.2.1 - Educação Infantil	500.000,00	199.210,47	199.210,47	199.210,47	
10.2.2 - Ensino Fundamental	790.000,00	287.531,71	287.531,71	287.531,71	
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	-1	-	-	-	
10.2.4 - Educação Especial		-	-	-	
10.2.5 - Administração Geral		-	-	-	
10.2.6 - Transporte (Escolar)		-	-	-	
10.2.7 - Outras		-	-	-	

INDICADORES DO FUNDEB							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) <sup>7</sup> (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (I)	
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	6.958.794,85	6.958.794,85	6.951.626,29	-	-	453.371,05	
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.958.794,85	6.958.794,85	6.951.626,29	-	-	453.371,05	
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	=	-	-	-	=	-	
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-	-	-	-	-	



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 32 de 37

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 8 (LDB,art. 72)

Página 3 de 6

Em Reais

INDICADORES DO FUNDEB							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	PROCESSADOS (SEM	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (I)	
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-	=	-	-	=	
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.472.052,67	6.472.052,67	6.464.884,11	-	-		
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	-	-	-		
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	-	-	-	-	-		

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3° - Constituição Federal²	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (I)	% APLICADO (m)
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	4.553.796,66	6.472.052,67	6.472.052,67	99,49
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)		=	-	-
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	-i	=	-	-

	INDICADOR - Art.25, § 3° - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)²	VALOR MAXIMO PERMITIDO	VALOR NÃO APLICADO	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO	% NÃO APLICADO
		(n)	(0)	(p)	PERMITIDO (q)	(r)
	18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	650.542,38	-	-	-	

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)²	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	APLICADO A 1E O	VALOR APLICADO APOS	VALOR TOTAL DE	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (X)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	-	-	-	-		-
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	-	-	-	-	-	-
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	-	-	-	-	-	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	6.013.906,88	5.631.707,73	5.600.018,02	4.963.373,14	-
20.1- Educação Infantil	1.425.900,00	1.160.097,73	1.158.497,23	1.099.144,97	-
20.2- Ensino Fundamental	3.963.506,88	3.847.153,30	3.831.639,11	3.385.604,51	-
20.3- Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
20.4- Educação Especial	52.500,00	52.500,00	52.500,00	35.000,00	-
20.5- Administração Geral	-	-	-	-	-
20.6- Transporte (Escolar)	-	=	=	-	-
20.7- Outras	572.000,00	571.956,70	557.381,68	443.623,66	-



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 33 de 37

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 8 (LDB,art. 72)

Em Reais

Página 4 de 6

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) <sup>e</sup>	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	14.712.416,88	12.590.502,58	12.558.812,87	11.914.999,43	-
21.1- Educação Infantil	3.089.900,00	2.428.283,90	2.426.683,40	2.367.331,14	-
21.1.1- Creche	731.600,00	295.425,58	293.825,08	267.947,70	-
21.1.2- Pré-escola	2.358.300,00	2.132.858,32	2.132.858,32	2.099.383,44	-
22.2- Ensino Fundamental	11.622.516,88	10.162.218,68	10.132.129,47	9.547.668,29	-
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)				5.600.018,02	
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					5.027.472,49
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					-
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)					-
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS				-	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af)				40.094,67	
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)			10.587.395,84		

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL <sup>2</sup> • <sup>6</sup>	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	8.531.809,91	10.587.395,84	30,49

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE®	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	396.411,11	-	215.828,94	40.094,67	140.487,50
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	367.929,94	-	199.693,57	40.094,67	128.141,70
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	28.481,17	-	16.135,37	-	12.345,80
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	-	=	-	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.544.936,80	2.050.145,24			
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	961.366,80	761.679,60			
31.1.1- Salário-Educação	550.000,00	542.957,76			
31.1.2- PDDE	1.218,00	2.880,38			
31.1.3- PNAE	205.905,00	147.700,55			
31.1.4- PNATE	83.475,00	67.199,50			
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	120.768,80	941,41			
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.149.500,00	960.683,32			
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	434.070,00	293.604,08			



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 34 de 37

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 8 (LDB,art. 72)

Em Reais

Página 5 de 6

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	-	-				
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	-	34.178,24				
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	120.000,00	32.331,88				

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) <sup>6</sup>	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	2.555.720,19	1.963.257,18	1.823.933,82	1.704.592,98	-
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.351.703,12	1.105.873,99	978.026,46	975.821,34	-
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	706.818,95	433.714,08	423.640,25	367.992,59	-
32.3- ENSINO MÉDIO	-	-	=	-	-
32.4- ENSINO SUPERIOR	291.293,12	258.410,00	258.410,00	214.285,79	-
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	-1	-	-	-	-
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	-1	-	_	-	-
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	-1	-	-	-	-
32.8- OUTRAS	205.905,00	165.259,11	163.857,11	146.493,26	-

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	17.268.137,07	14.553.759,76	14.382.746,69	13.619.592,41	-
33.1- Despesas Correntes	17.137.837,07	14.513.804,86	14.342.791,79	13.603.892,41	-
33.1.1- Pessoal Ativo	10.486.210,00	9.420.529,53	9.420.529,53	9.254.080,22	-
33.1.2- Pessoal Inativo	-	-	-	-	-
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	52.500,00	52.500,00	52.500,00	35.000,00	-
33.1.4- Outras Despesas Correntes	6.599.127,07	5.040.775,33	4.869.762,26	4.314.812,19	-
33.2- Despesas de Capital	130.300,00	39.954,90	39.954,90	15.700,00	-
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
33.2.2- Outras Despesas de Capital	130.300,00	39.954,90	39.954,90	15.700,00	-
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)			SALÁRIO EDUCAÇ (ai)	ÃO
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		(697.909,06)			60.480,19
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)		6.505.423,80			542.957,76
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)		6.574.741,37			500.865,70
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		(767.226,63)			102.572,25
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		-			-
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		-			-



### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 35 de 37

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul-SP

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro a Outubro 2025/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

Em Reais

Página 6 de 6

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	(767.226,63)	102.572,25

l 1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação. 2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3 Art. 25, § 3°, Lei 14.113/2020: "Alté 10/6 (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritlos sem disponibilidade financiar vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

7 Nos cinco primeiros bimestres do exercício a catompanhamento será feito com base na despas aliquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverão cera proporte ao total da despesa empenhada.

8 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e a las subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RRNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apurações e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RRNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidades na Fontes do Fundeb e os RPNP referentes ao essas despesas. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

8 Controle de execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9 Nestas coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

10 Essa coluna não devem se informados valores inferiores ao (zero).



#### MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL

Conforme Lei Municipal nº 1.544, de junho de 2010 e Decreto 2.730, de fevereiro de 2025

Sexta-feira, 28 de novembro de 2025

Ano XV | Edição nº 426

Página 36 de 37

**Conselhos Municipais** 

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA



# PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR PARA O CONSELHO TUTELAR EDITAL Nº 02/2025/CMDCA

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte

Alegre do Sul (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao cronograma informa:

#### CANDIDATOS HABILITADOS PARA A ELEIÇÃO

Nº NOME DO CANDIDATO

- 24 ALINE FERREIRA
- 33 ALYSON SILVA
- 10 FABIANA LÜDERS
- 27 GIULIA SABOYA
- 11 RAPHAEL KACIC

O período de campanha eleitoral acontece de 29/11/2025 a 13/12/2025.

A eleição ocorrerá no dia 14/12/2025 das 08hrs as 17hrs.

Publique-se e cumpra-se.

Monte Alegre do Sul/SP, 28 de novembro de 2025.

Juliana Franco de Lima

Presidente do CMDCA de Monte Alegre do Sul/SP

Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.



# **EXPEDIENTE**

O Jornal Oficial do Município de Monte Alegre do Sul, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

As edições do Jornal Oficial Eletrônico de Monte Alegre do Sul poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.montealegredosul.sp.gov.br

Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/monte\_alegre do sul

As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul

CNPJ 52.846.144/0001-67 Av. João Girardelli, nº 500

Telefone: (19) 3899-9120 | (19) 9 7102-2224 Site: www.montealegredosul.sp.gov.br

Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/monte\_

alegre\_do\_sul

Câmara Municipal de Monte Alegre do Sul

CNPJ 51.301.463/0001-24 Praça Coronel João Ferraz, 45 Telefone: (19) 3899-2002

Site: www.cmmontealegredosul.sp.gov.br

### **JORNAL OFICIAL**

Criado pela Lei nº 1.544, de junho de 2010, que cria a Imprensa Oficial do Município Rregulamentado pelo Decreto 2.730 de fevereiro de 2025.

Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul Av. João Girardelli, 500 - Centro CEP: 13820-000 E-mail: jornaloficial@montealegredosul.sp.gov.br

E-mail: jornaloficial@montealegredosul.sp.gov.br Jornalista Responsável: Rita de Cássia Gritti - MTB: 18.944